

ATA DE REUNIÃO

Ao **01 de fevereiro de 2017 às 18h35min**, nesta cidade e Comarca de Mariana, no Centro de Convenções, reuniram-se, sob a mediação do Promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, da 2ª Promotoria de Justiça desta Comarca, o representante da Coordenadoria de Inclusão e Mobiliação Sociais (Cimos/MPMG), Luiz Tarcízio, os representantes da Fundação Renova, José Luiz Furquim, Álvaro Pereira e outros, os representantes da Cáritas Brasileira, enquanto Assistência Técnica dos atingidos, e diversos atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ex-moradores de Paracatu de Baixo. Iniciadas as discussões,

- O Promotor esclareceu o propósito da reunião, qual seja, a discussão acerca da proposta de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo, bem como os problemas que vinham surgindo em reuniões anteriores. Para detalhar essas questões, passou a palavra à Assistência Técnica;
- A Assistência Técnica dos atingidos destacou o caráter eminentemente rural da comunidade de Paracatu de Baixo, deixando claro que as relações sociais, não apenas de vizinhança, mas todas as formas de interação anteriores, devem ser respeitadas nesse processo de reassentamento. Frisou-se, por fim, que o terreno até então escolhido não comporta todas as propriedades dos membros da comunidade;
- Foi aberta a fala aos atingidos e três deles se manifestaram no sentido de que deve ser analisada a possibilidade de expansão do terreno até então cogitado para o reassentamento;
- O representante do Cimos/MPMG ressaltou a necessidade de respeito à perfeita simbiose que havia na antiga Paracatu de Baixo entre o que se chama de “rural” e “urbano”;
- O representante da Fundação Renova, José Luis Furquim, destacou a abertura da Fundação para o diálogo e a expectativa de que a construção sobre o processo de reassentamento seja coletiva;

- Outro representante da Fundação, Álvaro, reconheceu que a área é insuficiente para acomodar toda a comunidade e que, realmente, “conectar a área dos sítios é um desafio”;
- O atingido, Thiago, destacou que o interesse da Comissão de Paracatu é partir para a expansão do terreno;
- A Assistência Técnica lembrou que o processo de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo não pode ser conduzido da mesma forma como foi o de Bento Rodrigues, dada as especificidades de Paracatu;
- O representante da Fundação, Álvaro, reconheceu que podem rever o ponto de partida, com um estudo definitivo sobre a forma de interação das famílias com a terra, por exemplo. Além disso, frisou que é a Lei Municipal que estabelece os critérios para que uma propriedade seja considerada de “sitiantes”, ou seja, diz que o terreno deve ser maior que 3 hectares;
- O Promotor frisou que, apesar desses conceitos estabelecidos pela lei, as relações de trabalho não podem ficar prejudicadas pela distância entre o chamado “núcleo urbano” dos chamados “sitiantes”;
- O atingido, Romeu, sugeriu a análise do terreno do Zezinho para a expansão da área de reassentamento;
- O Promotor encaminhou a discussão no sentido de que as partes têm que saber quem vai para o reassentamento e sugeriu à empresa que as opções dos atingidos que impliquem renúncia a direitos devem contar com o acompanhamento do Ministério Público, como é o caso dos animais, do cadastro, etc.;
- O representante da Fundação, José Luis Furquim, falou sobre a preocupação da empresa em não causar prejuízos aos atingidos ao colocar, por exemplo, aqueles considerados “sitiantes” na área “urbana”, o que implicaria em pagamento de IPTU, por exemplo;
- A Assistência Técnica frisou que, nesse momento, as partes devem se atentar mais às condições de vida dos atingidos que à lei, pois esta pode ser alterada;

- A atingida, Rosária, destacou que, no seu entendimento, as pessoas que moravam nas proximidades de Paracatu têm que ter o direito de escolha sobre querer ou não ir para o reassentamento;
- Um representante da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Marcos, destacou que essa escolha não é fácil, já que a pessoa que deve toma-la não sabe para onde vai ou em que condições vai;
- Nesse momento, uma atingida, Edna, demonstrou sua desconfiança em relação à Samarco e sua insatisfação em relação às medidas de reparação;
- O Promotor voltou o foco da discussão para o terreno, encaminhando no seguinte sentido: há um consenso na comunidade de que o modelo atual de reassentamento não contempla os interesses da comunidade, de maneira que deve ser refeito. Uma das coisas que tem que ser feita é reintegrar aquelas pessoas que tem terreno maior à proposta de reassentamento. O trabalho tem que ser no sentido de abarcar todo mundo, sendo, então, precipitado perguntar para as pessoas se elas querem ou não ir para o reassentamento. O primeiro passo, possivelmente, seria fazer um levantamento das famílias, em prazo razoável, para ver se alguém ficou de fora;
- O representante da UFOP lembrou a existência de alguns projetos urbanísticos de cunho social, a exemplo do “Vila Viva” em Belo Horizonte e outro existente em Recife, recordando a possibilidade de alteração no Plano Diretor da cidade;
- O Promotor frisou que o ideal é não depender da Câmara Municipal;
- O representante da Fundação, Álvaro, destacou que esse estudo sobre as famílias e suas respectivas relações com a terra sairia do instrumento de cadastro e pediu que o MP auxilie na elaboração de critérios para o reassentamento;
- Alguns atingidos destacaram seu interesse em ter garantias de ligações com as localidades próximas;
- O Promotor Guilherme de Sá Meneghin descreveu, então, os encaminhamentos finais:

- (i) O projeto para reassentamento de Paracatu deverá levar em consideração as características especiais da comunidade, tendo em vista a interação urbana/rural existente;
- (ii) A reformulação do projeto deverá contemplar todas as pessoas/famílias passíveis de reassentamento, de acordo com os critérios que serão estabelecidos conforme encaminhamento seguinte;
- (iii) As partes (Fundação Renova, Comissão de Atingidos, Ministério Público e Assistência Técnica) formularão os critérios para integração das pessoas/famílias no processo de reassentamento, levando em consideração que aqueles que participaram da votação do terreno já se consideram incluídos;
- (iv) Após a formulação dos critérios, será elaborado um diagnóstico pela Fundação Renova com base nos critérios apontados e nas indicações da própria comunidade para que possam ser incluídas na lista definitiva as pessoas/famílias passíveis de reassentamento;
- (v) O diagnóstico será avaliado pelas partes, incluindo a Assistência Técnica, e, somente após a aprovação por todas as partes, será encerrada a lista de pessoas/famílias passíveis de reassentamento;
- (vi) As partes terão o prazo de 30 dias para encerrar os encaminhamentos aqui acordados.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às **21h55min.**

A lista de presença à reunião será anexada à presente ata.

Mariana, 01 de fevereiro de 2017.

Guilherme de Sá Meneghin
Promotor de Justiça

José Luiz Furquim
Gestão de Programas Socioeconômicos da Fundação Renova

Assistência Técnica

Comissão de Atingidos